

A MODERNIDADE BRASILEIRA
E O ROMPIMENTO COM AS TRADIÇÕES

Regina Coelly Fernandes Saraiva*

Resumo: o artigo discute o processo de formação da modernidade brasileira e como as populações tradicionais foram perdendo espaço diante de um projeto de modernidade excludente. Traça historicamente como as populações tradicionais foram se constituindo no Brasil e sua relação com o projeto de modernidade que se tornou hegemônico.

Palavras-chave: populações tradicionais, modernidade, cerrado.

Pensar a modernidade brasileira é o objetivo central deste trabalho. No Brasil, a idéia de modernidade vem associada ao urbano e o atraso ao mundo rural, espaço historicamente delimitado para as sociedades tradicionais. Mendonça (1997) observa que as noções de campo e cidade deram origem a variados sistemas de representações e valores. Ao campo costumam ser associadas formas de vida social consideradas naturais, plenas de paz, simplicidade ou inocência, mas também, de atraso e ignorância. Por outro lado, à cidade (mundo urbano) é vinculada a idéia de centros de empreendimento, saber e progresso.

As populações tradicionais são permeadas por essas visões. Todo seu conhecimento e tradições foram, sistematicamente, desqualificados e negados. Seus valores e cultura sempre foram vistos como componentes da “cultura popular” muitas vezes marcado por um forte caráter religioso de credence ou beatice.

A modernidade traz a marca da tecnociência como mecanismo viabilizador do progresso associado diretamente à idéia de desenvolvimento. Com a instituição do projeto de modernidade de base industrial, modelo pelo qual optamos, o saber erudito de base científica se impõe diante dos saberes tradicionais.

AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL

As populações tradicionais são reconhecidamente populações camponesas (Diegues: 2001).

* Professora do Curso de História do UniCEUB, Mestre em História pela UnB e Doutoranda pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS/UnB. Endereço eletrônico: rcoelly@hotmail.com

São frutos da intensa miscigenação entre o branco colonizador, a população indígena nativa e o escravo negro.

Para Queiroz (1973), as populações tradicionais são compostas por sítiantes, caipiras e caiçaras, constituídas por lavradores cuja produção é orientada para a subsistência.¹ Os camponeses, ainda que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, podem ser pescadores, artesãos ou extrativistas segundo as estações do ano (Diegues: 2001). Para citar alguns exemplos: os "caiçaras" que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os "caipiras", dos estados do sul; os habitantes de rios e várzeas do Norte e Nordeste (os vargeiros); as comunidades pantaneiras e ribeirinhas do Pantanal Mato-grossense; os pescadores artesanais, como os jangadeiros do litoral nordestino; as comunidades de pequenos produtores litorâneos açorianos de Santa Catarina, o sertanejo do planalto central, etc.

São populações de pequenos produtores que se constituíram basicamente no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (Queiroz: 1973).

Este estreito vínculo com o meio natural, traço marcante e identificador das populações tradicionais, revela um modo de vida construído a partir da dependência e simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais constroem o seu modo de vida; possuem conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral².

Possuem uma noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente. Normalmente, a moradia e ocupação desse território ou espaço ocorre por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados.

São comunidades voltadas para as atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado. Mesmo assim, apresentam reduzida acumulação de capital.

Dão importância à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais. As simbologias, mitos e

¹ Queiroz observa que apesar de produzirem mercadorias para a venda, são sociedades que garantem sua subsistência por meio da pequena agricultura, pequena pesca e extrativismo. O trabalho assalariado é ocasional e não é uma relação determinante, prevalecendo o trabalho autônomo ou familiar.

² Essa caracterização é feita por Antonio Carlos Diegues no capítulo "As populações tradicionais: conceitos e ambigüidades" da sua obra *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª. ed., SP: Hucitec, NUPAUB/USP, p. 87-88, 2001.

rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas são bastante frequentes. A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho até o produto final. Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (Diegues: 2001).

Segundo Diegues (2001), no Brasil de hoje, as culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram isoladas, estão articuladas ao modo de produção capitalista, por meio da venda daquilo que cultivam ou produzem. São populações politicamente marginalizadas e não têm uma vida desvinculada do urbano, mas o maior problema que ainda enfrentam é o acesso a terra.

AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO

A formação histórica e social das populações tradicionais camponesas no Brasil é marcada pela sua marginalização e luta pela posse da terra.³ Sua trajetória histórica revela o forte vínculo com a terra desde os primeiros momentos da nossa colonização. O Brasil nasce agrário e é neste contexto que a sociedade camponesa tem origem. Junto com o escravo compunha o quadro da força de trabalho no Brasil colônia: eram os trabalhadores do açúcar.

Ferlini (1984) lista as funções deste trabalhador livre na atividade açucareira dos séculos XVI a XVIII⁴. Estes trabalhadores tinham funções dentro da empresa açucareira e se diferenciavam do trabalho escravo pelo pagamento que recebiam sistematicamente (eram trabalhadores assalariados). Interessa-nos também a atividade desenvolvida pelo cobrador de rendas que mantinha uma relação de controle sobre os primeiros camponeses no Brasil: lavradores e arrendatários de terra que também produziam cana de açúcar para o dono do engenho. O cobrador deveria fazer cumprir a obrigação de moagem da cana produzida pelos lavradores, bem como receber as rendas dos lavradores arrendatários.

Forman (1979) descreve as atividades desempenhadas pelos camponeses, conhecidos por diversos nomes tais como, lavradores, moradores e foreiros que tiveram diferentes vinculações sócio-econômicas com os senhores de engenho.

O lavrador era um cultivador pequeno e independente. O termo lavrador era alternativamente aplicado a um parceiro de uma grande *plantation* que não pagava renda ou taxas. Ele podia construir uma casa e ocasionalmente ter um escravo, mas sua obrigação era plantar cana-

³ Antonio Carlos Diegues observa que o Brasil apresenta grande variedade de modos de vida e culturas diferenciadas que podem ser considerados “tradicionais”. As populações tradicionais podem ser divididas entre populações indígenas ou não-indígenas. Entre as populações não-indígenas encontram-se os camponeses.

⁴ O feitor-mor, caixeiro da cidade, cobrador de rendas, escrivão, letrados, cirurgião, mestre de açúcar, caldeiro de escumar, banqueiro, carapina (ou carpinteiro), feitor-pequeno, levadeiro, purgador, levadeiro, purgador, barqueiros, são identificados por Ferlini como os trabalhadores livres da empresa açucareira no Brasil.

de-açúcar para o dono do engenho.

O morador residia nas terras do engenho no início do período colonial. No entanto, não eram apenas fornecedores de alimentos; eles constituíam uma reserva de mão de obra para a indústria açucareira, e eram obrigados a dar vários dias de trabalho, mediante pequena remuneração (ou às vezes nenhuma) ao senhor de engenho.

Os foreiros originalmente alugavam dos senhores de engenho terras marginais, nas quais cultivavam lavouras de subsistência.

Os contratos de arrendamento da terra completavam o processo de produção da economia açucareira. Além disso, numerosos pequenos estabelecimentos se desenvolveram em apoio aos empreendimentos comerciais maiores orientados para a exportação. Segundo Forman (1979), o objetivo destes pequenos sítios era prover um crescente sistema de comercialização interna, com alimentos e outros produtos básicos de grande necessidade. Assim, ao lado do sistema brasileiro de *plantation*, desenvolveu-se um setor camponês compreendido por pequenos proprietários, rendeiros e parceiros que atuavam tanto dentro daquele sistema ou como fornecedores de alimentos do mesmo.

Caio Prado Júnior (1972) também reconhece a existência dessa atividade, mas chama atenção para o seu caráter secundário dentro da empresa açucareira. Os setores fundamentais e essenciais da economia colonial brasileira são aqueles que se voltam para a produção de mercadorias exportáveis, isto é, destinadas ao mercado exterior. Reforça o exclusivismo que marca profundamente a formação e evolução econômica da economia brasileira. As demais atividades econômicas têm caráter secundário. O açúcar absorvia todas as atenções.

A produção de gêneros alimentícios (mandioca, milho e feijão) tinha caráter de produção marginal. Constituíram-se, à margem dessa economia de grandes explorações, pequenas e pobres culturas especializadas na produção de alimentos. Era um setor subsidiário da economia de grande exportação de expressão quantitativa e qualitativa mínima, e padrão muito baixo, quase sempre vegetativo e de existência precária. Tratava-se de um setor camponês em contraste com a grande exploração, operada em larga escala na base do trabalho servil, e dedicada exclusivamente à produção de mercadorias exportáveis.

A agricultura de subsistência, de caráter marginal, chama atenção para o problema mais sério da população colonial: a insuficiência alimentar, sobretudo nos grandes centros (Bahia e Pernambuco). Havia um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que freqüentemente se transformava em fome declarada e generalizada. Isso ocorria principalmente nos períodos de alta dos preços dos produtos da grande lavoura, momento em que as culturas eram deixadas de lado.

O camponês também é representado pelo posseiro. Essa figura, marcada pela dificuldade de acesso a terra, começou a se mudar das regiões costeiras e se estabelecer nas vastas áreas do interior

do Brasil durante os séculos XVII e XVIII. Josué de Castro (1978) descreve essa situação da seguinte maneira: “massas rurais, em número crescente, começaram a se deslocar para terras incultas, privadas ou públicas. Foram essas ondas de posseiros – ou de invasores, como eles eram chamados – que apressaram a queda da instituição da concessão da terra... os posseiros introduziram uma nova fase na vida agrária brasileira... A luta dos posseiros pelas terras engendrou uma nova forma capitalista de propriedade camponesa”. Castro atribui a abolição do sistema de concessão de terras em 1822 à situação criada pelos posseiros, que tornou evidente a necessidade de um sistema legal de posse.

A questão da posse da terra nos primeiros anos da colonização é bastante complexa. A situação de total dependência em relação aos latifúndios é um dos graves problemas enfrentados pelas populações camponesas no Brasil. O fato de não existir um instrumento legal no sentido de regulamentar essa situação dá margem para todo tipo de exploração. A primeira legislação voltada para a questão da terra é de 1850, Lei de Terras, que na verdade serviu mais para consubstanciar a posse da terra para o latifundiário do que para o camponês de fato (consequência e condição da lógica capitalista no Brasil).

Esse conflito, ainda bastante contemporâneo, é sinalizado na obra de Darcy Ribeiro *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Em cada um dos *Brasis* relatados por ele (crioulo, caboclo, sertanejo, caipira e sulino) é possível evidenciar como isso foi se processando. A maioria da população brasileira não tem acesso à terra. As opções não são muitas, ou tornar-se bóia-fria ou ir para as cidades viver em péssimas condições de vida, é a característica principal do Brasil Caipira.

No Brasil Sulino a mesma condição do bóia-fria é retratada no gaúcho-a-pé, ou o peão, frutos da desigualdade social. A maior parte dessa população se fez lavradora de terrenos alheios. Nessas circunstâncias, não alcançam as condições mínimas para uma conduta autônoma de cidadãos.

Darcy Ribeiro observa que no sertão brasileiro, mais uma vez, o grande problema é o acesso à terra. Foi o latifúndio predominante nessa região que criou situações como o cangaço, messianismo religioso, o sertanejo destituído. Resultante do nosso processo de organização econômica do Brasil colonial, o latifúndio é quem garante a situação de miséria da população sertaneja. “Por mais anos ou gerações que permaneça numa terra, o sertanejo é sempre um agregado transitório, sujeito a ser deslocado a qualquer hora, sem explicações ou direitos. Por isso, sua casa é o rancho em que está apenas arranchado; sua lavoura é uma roça precária, só capaz de assegurar-lhe um mínimo vital para não morrer de fome; e sua atitude é a de reserva e desconfiança, que corresponde a quem vive num mundo alheio, pedindo desculpas por existir”.⁵

⁵ Ribeiro, Darcy. “Brasil sertanejo”. In: *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro revela como o latifúndio transformou o sertanejo num homem faminto, por alimento e por terra. Hoje, a situação ainda não é muito diferente nas regiões ocupadas pelo sertanejo da porção central do Brasil, que vê a cultura tradicional ser invadida pelo trator para o cultivo de soja, tendo o latifúndio mais uma vez como “opção de progresso”. Comenta Darcy Ribeiro: “Tenho em mente a imagem de uma feira de nordestinos adultos e crianças, maltrapilhos, cabeça coberta com seus chapéus de palha e de couro, agachados, olhando pasmos as imensas máquinas revolvendo a velha terra do cerrado.”.

A situação de exploração também não é diferente no Brasil Caboclo, só que o correspondente amazônico do engenho açucareiro, da grande lavoura comercial ou da fazenda de criação de gado das áreas pastoris, é a empresa extrativista florestal incipientemente capitalista: o seringal. Essa estrutura atinge diretamente as populações tradicionais da floresta e seus valores.⁶

POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO CERRADO DIANTE DA MODERNIDADE

Máquinas, estradas, luz elétrica, televisão, telefone, dinheiro novo, diferente do antigo, no ganhar e no gastar, tudo isso já havia chegado com Brasília, mas agora, nos anos setenta, gangrenava-se o sistema antigo em seus redutos tradicionais do cerradão e do cerrado ralo, esse da arnica e da canela-de-ema, de repente, tudo tomou valor distinto, mudou de jeito. ‘Valha-nos Deus, que o mundo vai se acabar’, teriam mesmo dito os antigos. (Aragão: 1993)

O trecho acima retrata a visão do homem tradicional do cerrado diante das modificações que a região começava a enfrentar na década de 70. O projeto de modernidade e modernização assustava o homem tradicional do cerrado que vê o seu ambiente sendo radicalmente modificado por meio do avanço da fronteira agrícola.

Os impactos dessas modificações no processo de ocupação da região são de ordem ambiental e cultural, conforme registra o relato acima. O projeto de modernização dos cerrados buscou romper com as formas tradicionais de produção, alterando, por conseguinte, as antigas relações sociais de produção, tanto no setor urbano, como no rural. A “decretação” getuliana de ‘Marcha para o Oeste’ foi a expressão de intenção adequada a um surto de expansão interna que buscou suporte em todos os setores – sociais, políticos e econômicos – que se opunham à antiga

⁶ A exploração da borracha dá a Amazônia uma constituição diferente da posse da terra em relação às outras regiões brasileiras. Nessa economia, segundo Darcy Ribeiro (*O povo brasileiro*, “Brasil caboclo”), (...) a terra em si não tem qualquer valor não se cogita assegurar a posse legal da terra, como é o caso das regiões de economia agrícola e pastoril. O que importa na Amazônia é o domínio da via de acesso que leva aos seringais e a conscrição da força de trabalho necessária para explorá-la. Esse domínio não assume, senão acidentalmente, a forma de propriedade fundiária, sendo obtido por concessão governamental, nos raros casos em que se torna indispensável, e imposto efetivamente por quem dispõe dos meios de transporte. A conscrição da mão-de-obra é alcançada pelas formas mais insidiosas de aliciamento e mantida mediante o uso da força, combinado com um sistema de endividamento do qual nenhum conscrito pode escapar. Assim é que o seringal se impõe como uma empresa desvinculada da terra.

oligarquia (Bertran: 1978).

Na década de 1940, a região foi novamente alvo de interesse do governo federal. Nas décadas posteriores, foi incrementado o fluxo migratório de população e de capitais para a região. Esse fluxo era, de algum modo, administrado pelo poder central e em nenhum dos casos observados foi constatada alguma preocupação com preservação, seja da flora e fauna, seja da população e de costumes locais. O movimento expansionista comportou-se como se os recursos não fossem escassos e deterioráveis e, para o capital em expansão, o saber fazer local não poderia concorrer para o aumento de ganhos, nem para geração de riquezas.” (Faria: 1998).

Os dados relativos à área de cerrado que envolve o Distrito Federal dão conta das modificações na região. Entre 1958 e 1998, mais da metade da vegetação original de Brasília (57,65%) havia sido perdida, em função da expansão urbana e da ocupação agrícola desordenada. Dois momentos foram cruciais na definição desses dados: os processos de ocupação da década de 70 e sua intensificação no final da década de 80.⁷

Em 1954, do total da área do DF, 37,84% era cerrado. Após a fundação de Brasília, esses índices caíram de forma abrupta: 1964 (34,18%), 1973 (30,39%), 1984 (18,11%), 1994 (17,29%) e em 1998, apenas 9,91%. A intensificação do processo de ocupação foi o fator principal e evidente para se chegar a esses dados, além de ter contribuído para o desaparecimento de cerca de 600 espécies nativas. Desde o final da década de 50, com o novo ordenamento de ocupação do Brasil Central, essa região sofre impactos especialmente intensificados com a construção de Brasília.

Aragão (1993) observa que todo o sistema social e produtivo dessa região foi se tornando aos poucos relíquia cultural. Práticas tradicionais e rudimentares da região, como a coivara ou a economia caracterizada pela pequena produção, foram subitamente transformadas pelos processos de urbanização e modernização da agricultura. “A implantação de uma nova tecnologia nesse domínio veio assestar um golpe de misericórdia nos últimos bastiões da formação social tradicional da região: as pequenas sociedades locais de cidades históricas que cercam Brasília num anel singelo, de um passado, hoje, esvanecido”.

No que diz respeito à relação cultura e meio ambiente, Bertran (2000) observa que o “cerratense”, antes da entrada dos novos costumes, comia apenas o que dali saía, a culinária era uma subprodução do meio ambiente insondável e da cultura humana possível.

As alterações no ecossistema são as principais responsáveis pela perda do saber popular, usos e costumes adquiridos pela experiência e vivência no cerrado; o conhecimento adquirido foi sendo subjugado à dimensão do antiquado e não-moderno. Introduziu-se um novo referencial cujo monopólio é de uma memória unidimensional, reduzindo-se a uma única identidade agora fundamentada no “emblema da modernidade”, que nas regiões de cerrado é simbolizada pelo mito

⁷ Revista da UnB, no. 03, 2001, páginas 92 a 96.

de “celeiro do país”.

A relação dicotômica entre tradição e modernidade contribuiu fundamentalmente para essas perdas. Às tradições foi associada a idéia de velho e atrasado; o moderno simbolizava desenvolvimento e crescimento.

Aragão (1993) salienta que toda a estrutura sócio-econômica alterada deu lugar a um amálgama economicamente próspero, mas culturalmente indefinido, onde valores e práticas sociais e produtivas do passado esvaziaram-se, sem que aqueles novos, tenham se consolidado em paradigma cultural definido e homogêneo.

A dicotomia modernidade/tradição apóia-se sobre uma determinada idéia de tempo. Modernidade é algo que diz respeito ao tempo presente. Ser moderno é afirmar uma primazia do tempo presente, numa imensa e radical ousadia de fazer do tempo presente a moradia do juízo crítico. A modernidade está sempre em tensa relação com outro tipo de atitude, que se pode chamar, numa designação genérica, de tradicional (Bartholo:1984).

A modernidade se instaura sempre que são colocados em questão os valores antes cultuados. A modernidade vai estar sempre numa relação de tensão e polaridade com a tradição. Esse argumento é um fato. A crítica que se tece em relação à instauração da modernidade é seu caráter unilateral e unidimensional que por essa postura não considera a possibilidade de existência de outros valores, tendendo para a negação contínua e completa dos valores que não condizem com a nova proposta. Não existe alteridade.

No processo de ocupação e desenvolvimento dos cerrados brasileiros essa foi a opção de modernidade que se fez. O modelo de desenvolvimento escolhido deixou claro que referências de tradição não eram possíveis de ser incorporadas, mesmo que isso significasse negar nossa cultura e referenciais históricos.

A opção foi por um projeto de “pura modernidade”. Não foi considerada a possibilidade de outras modernidades. Excluir frontalmente as tradições foi a escolha feita. A “modernidade pura” associada com a idéia de ciência e desempenho tecnológico foi o argumento predominante que serviu de suporte para negar as tradições “cerratenses” comuns nessa região.

CRÍTICA AO PROJETO DE MODERNIDADE ADOTADO

Caio Prado Júnior, em sua obra *História e Desenvolvimento*, critica o modelo de desenvolvimento e modernidade pelo qual o Brasil fez opção, especialmente por não considerar nossas especificidades históricas. Foi na história do Brasil e na sua evolução econômica que ele buscou subsídios para defender a tese que o projeto de desenvolvimentismo de base industrial importado que adotamos não condiz com nossa realidade.

É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento. (Prado Jr.: 1972).

Ele observa ainda que, mesmo que tenha havido um diferencial qualitativo (que nos legou a condição de liberdade em relação ao exclusivismo exportador de produtos agrícolas) a nova situação econômica não foi suficiente para inverter a ordem de dependência do Brasil em relação ao capital internacional. “De impulso ao crescimento e desenvolvimento, aquela ordem se faz obstáculo ao mesmo crescimento e desenvolvimento. E serão as contradições derivadas desse estado de coisas que promoverão, embora em novas circunstâncias e outro plano, a continuidade do processo evolutivo econômico-político...” (Prado Jr.: 1972).

A crítica de Caio Prado se dirige especificamente à teoria do desenvolvimento elaborada por economistas como Walt Rostow (*As Etapas do Desenvolvimento*), que justifica a situação de dependência dos países periféricos e condiciona toda a possibilidade de desenvolvimento desses países tendo como referencial esse modelo.

Caracteristicamente imposto, esse projeto não considerou as peculiaridades da sociedade brasileira e muito menos avaliou qual seria a vocação econômica do país. Para Caio Prado, desenvolvimento e crescimento econômico constituem temas essencialmente históricos porque devem ser tratados na base das especificidades próprias e características de cada país ou povo a ser considerado. Não podem ser incluídos em modelos analíticos de alto nível de abstração, porque no caso de países subdesenvolvidos, estes não apresentam nas suas instituições as formas amadurecidas do capitalismo – ou não oferecem nas suas origens as formas clássicas das quais evoluiu o desenvolvimentismo capitalista.

Mas críticas e argumentos parecem não ter sido suficientes. O projeto adotado pelo Brasil, fundamentado no desenvolvimentismo capitalista e que sustentou a idéia de geração da nossa modernidade, foi reforçado em vários momentos da nossa história. Tanto no “nacionalismo temperamental” dos governos populistas como no “nacionalismo pragmático” do regime militar o desenvolvimento econômico foi pautado por essa ordem.

A obra de Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, *A nova economia brasileira* (1974), sustenta e justifica esse modelo como a melhor opção para o nosso desenvolvimento, mesmo possuindo um caráter excludente.

Os anos recentes da nossa história não demonstraram caminhos contrários. Insistimos no mesmo modelo que não conseguiu apontar soluções para a desigualdade social e nem dar respostas para nossos problemas estruturais como a questão da terra. Esse processo nos conduziu para uma situação de completa dependência econômica dos países desenvolvidos. O mais grave é constatar que fomos induzidos a confundir a idéia de crescimento econômico (mesmo que dependente) com a

idéia de desenvolver-se.

Até a década de 1950, observa Sunkel (1971), o processo de industrialização realizou-se à base da empresa nacional, mas nos últimos anos é visível a tendência para uma crescente participação da empresa estrangeira no setor manufatureiro da América Latina. O processo de industrialização não conduziu à atenuação das desigualdades econômicas sociais, ou à elevação do nível de vida da maioria, nem à redução da dependência externa, nem a outras características clássicas do subdesenvolvimento. Nosso modelo não é nosso, é externo.

Bartholo (1984) alerta para o significado e pretensões desse modelo que optamos: “o desenvolvimentismo se constitui no ideário viabilizador da grande obra dos pedagogos, terapeutas e planejadores transnacionais, a operacionalização da descolonização como expressão da maior aceitação mundial da auto-representação do homem ocidental como *homo oeconomicus* na forma extrema do *homo industrialis*, com uma determinação exclusivamente mercantil de suas necessidades”. Ele ainda alerta para as características desse projeto: unilateralidade (o caminho do desenvolvimento é monopolizado por um projeto unilateral de modernização industrialista); pretensão universalista dos critérios de racionalidade utilitarista-instrumental; sociedades dirigidas pelos referenciais das sociedades industriais euro-norte-americanas. Tudo que está fora desses ditames não pertence ao mundo do desenvolvimento e, portanto, está excluído.

Em síntese, esse modelo contribuiu para reforçar as nossas fragilidades e impedir a elaboração de um projeto próprio de desenvolvimento. Nesse contexto, muitos foram esquecidos (excluídos), e entre eles, as sociedades tradicionais brasileiras, que só são (re)descobertas quando os projetos de modernidade avançam em sua direção e instituem a dicotomia entre moderno e tradição.

CONCLUIR A MODERNIDADE INCOMPLETA

Nossa modernidade é incompleta. Josué de Castro, em *Geografia da Fome*, denuncia a filosofia do nosso desenvolvimento “desenvolver o que já está desenvolvido e não integrar áreas marginais”. Segundo ele, a nossa formação econômica, que sempre privilegiou o latifúndio, foi a estrutura que teve a habilidade de deformar o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Constituir-nos como brasileiros e como nação num processo civilizatório marcado por muitas contradições fez de nós o povo brasileiro relatado por Darcy Ribeiro (1995), ainda não plenamente identificado e incluído socialmente. Nossa modernidade foi se moldando a partir da exclusão social.

Pensar um novo projeto de modernidade para o Brasil tem que considerar dois aspectos importantes: primeiro, é preciso reavaliar nossa vocação histórica e pontuar as possibilidades que ela apresenta. Pensar o meio rural atinge diretamente o meio urbano que também demanda soluções

para os graves problemas que apresenta. Nossas raízes históricas são agrárias e o meio rural brasileiro ainda permite que muito seja feito no sentido de ampliar essa vocação. Um segundo aspecto, implica reconsiderar as diversidades culturais existentes no contexto social brasileiro e desenvolver projetos que possam incorporá-las no sentido de eliminar a tensão entre tradição e modernidade.

Para concluir a nossa modernidade incompleta, as populações tradicionais também precisam estar incluídas. Parte das populações tradicionais no Brasil só foram recuperadas a partir do fortalecimento do discurso ecológico e da idéia de preservar o meio ambiente. Hoje, ainda causa bastante polêmica a presença de populações tradicionais em Unidades de Conservação, especialmente em áreas de parques.

Esse reencontro com as populações tradicionais no Brasil deflagra as mudanças que estão ocorrendo no paradigma de desenvolvimento industrialista, que antes não concebia qualquer possibilidade do encontro homem/natureza. No caso brasileiro, nosso desafio é ainda maior nesse processo, pois a promoção do nosso desenvolvimento terá que estar aliada com a preservação do meio ambiente, aspecto que não foi experimentado pelas nações capitalistas ao desenvolverem suas economias.

Em se tratando especificamente do desenvolvimento para as regiões de cerrado será preciso redimensionar o seu papel diante da idéia de progresso. A exploração recente da região deu-se nos padrões da agricultura moderna, padrão esse oriundo do modelo ocidental de desenvolvimento, o que significa forte dependência com relação ao capital urbano. Seu progresso técnico e ideológico é bastante comprometido, pois nenhuma inovação tecnológica é neutra (Faria:1998).

O modelo de modernização agrícola tem comprovado sistematicamente seu caráter seletivo e excludente. Não promove a integração do pequeno produtor rural e não viabiliza a consolidação de projetos alternativos, normalmente, praticados pelas populações tradicionais. Além disso, tem contribuído para a degradação da biodiversidade do cerrado.

Faria (1998) observa que a forma rápida de integração dos cerrados à economia nacional – por meio da agricultura intensiva – não previu como se dariam as atividades daqueles que não tiveram acesso à modernização, principalmente onde produziriam, nem quais seriam os efeitos das grandes superfícies cultivadas em solteiro, sobre o ecossistema regional.

Como consequência, nessa região as contradições sociais se dão entre uma maioria mais pobre da população do cerrado, que continua a recorrer a tecnologias tradicionais, e baixa produtividade, e uma minoria mais rica e modernizada. O que se vê hoje no cerrado é a repetição de uma trajetória histórica marcada por deformidades.

Nossa modernidade só estará completa se considerarmos um projeto que concilie e integre. É necessário pensar um projeto original e sustentável que considere nossa diversidade sócio-cultural

ainda muito permeada por relações tradicionais. Não se trata de optar por uma proposta regressista de desenvolvimento, mas avaliar como essas populações deverão ser integradas num novo projeto de desenvolvimento. Não se trata somente de manter tradições, mas (re)apropriá-las e integrá-las à modernidade. O Brasil não pode se pautar somente por um projeto que privilegie a industrialização dependente; é preciso pensar em modernidades e não em apenas uma modernidade para o Brasil.

A integração dos valores de tradição vislumbra-se como uma alternativa para um desenvolvimento de base sustentável. É preciso desenvolver um projeto próprio considerando nossas referências histórico-culturais e romper com as idéias preconcebidas de que o conhecimento tradicional está relacionado com o atraso social.

Bartholo (1984) observa que um projeto próprio de modernidade para os países latino-americanos só é possível diante da escolha rumo à autenticidade sócio-cultural. O que pressupõe a quebra do monopólio do poder exercido pela dominação tutelar do capital industrial/internacional. Isto implica a superação do programa unilateral de modernização desenvolvimentista por um programa multilateral de convivência participativa de diversas formações sócio-culturais. Não se trata de optar por um projeto “regressista” pré-tecnológico-industrial, mas sim de um “encaixe” da industrialização e da tecnologia nos sistemas valorativos inerentes aos contextos sociais das culturas regionais. Isto significa a necessidade imperativa da renúncia a qualquer pretensão ético-econômica universalista. Em termos práticos, isto quer dizer a necessidade de fundamentação de estilos industriais autóctones, desligados da “teologia secularizada” do sistema industrial e do conceito de progresso dela derivado.

Em síntese, é preciso pensar para a sociedade brasileira modernidades éticas que privilegiem o princípio da alteridade.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, Luiz Tarley de. “Ocupação humana no cerrado de Brasília”. In: PINTO, Maria Novaes. *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Brasília: UnB/Sematec, 1993.

BARTHOLO JR., Roberto. A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades. In: BURSZTYN, Marcel; LEITÃO, Pedro e CHAIN, Arnaldo (orgs). *Que crise é esta?* São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1984.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

_____. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Porto. Brasília Editora, 1978.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2001.

- DUARTE, Laura Maria Goulart e BRAGA, Maria Lucia de Santana (orgs). *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- FARIA, Magda Eva de. “Agricultura moderna, cerrados e meio ambiente”. In: DUARTE, Laura Maria Goulart e BRAGA, Maria Lucia de Santana (orgs). *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar – séc. XVI a XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Brasília: Editora UnB, 1963.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.
- PRADO JR., Caio. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- QUEIROZ, M.I.P. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis-São Paulo: Vozes-Edusp. Estudos Brasileiros, v.3, 1973.
- REVISTA DA UnB. No. 03, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SIMONSEM, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- SUNKEL, O. *Marco histórico do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fórum, 1971.